

Ex-ministro e dois pastores são presos sob suspeita de corrupção

● Governo federal ● Operação Acesso Pago

PF prende ex-ministro da Educação e pastores por 'gabinete paralelo' na pasta

— Milton Ribeiro é preso preventivamente sob suspeita de crimes como corrupção passiva e prevaricação; 'Estadão' revelou que religiosos pediam propina para liberação de recursos

JULIA AFFONSO
BRASÍLIA
PEPITA ORTEGA
RAYSSA MOTTA
SÃO PAULO

O ex-ministro da Educação Milton Ribeiro foi preso ontem pela Polícia Federal sob suspeita de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência enquanto comandava o MEC. Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, que chefiavam um gabinete paralelo na pasta e pediam propina em troca de liberação de dinheiro público, foram presos preventivamente – por tempo indeterminado.

O inquérito foi aberto após série de reportagens do **Estadão** revelar o esquema na pasta. Prefeitos relataram ao jornal que para conseguir verba no MEC era preciso pagar propina aos dois pastores em barras de ouro ou comprar bíblias com preços superfaturados. Os livros traziam a foto do então ministro Milton Ribeiro.

A Justiça Federal não divulgou ontem o motivo das prisões preventivas e manteve o sigilo do processo. O advogado do ex-ministro disse que as investigações da PF identificaram um depósito de R\$ 50 mil na conta bancária da mulher do ex-ministro feito por parentes de Arilton. A defesa disse se tratar de valor relativo à venda de um automóvel.

Como mostrou o **Estadão** em 18 de março, os pastores tinham acesso direto ao presidente Jair Bolsonaro e frequentavam o Planalto. Em resposta às reportagens, o presidente disse que “botava a cara toda no fogo” pelo ministro e estavam fazendo uma “covardia”. Ribeiro deixou o cargo dez dias depois e sua exoneração saiu no *Diário Oficial da União* como “a pedido”. “Deus vai provar que ele é uma pessoa honesta”, disse a primeira-dama Michelle Bolsonaro na ocasião.

Como a prisão ontem, Bolsonaro mudou o discurso de apoio ao ex-ministro e disse que “se a PF prendeu, tem um motivo”. “Que ele responda pelos atos dele. Peço a Deus que não tenha problema nenhum”, afirmou à Rádio Itatiaia (*mais informações na página ao lado*).



Policiais deixam prédio do MEC, onde cumpriram mandados de busca e apreensão; inquérito foi aberto após reportagens de 'Estadão'

Cronologia

● **'Gabinete paralelo'**
Em março, o **Estadão** revelou que, sem possuir vínculos com o setor de ensino ou cargos públicos, pastores passaram a comandar a agenda do então ministro da Educação, Milton Ribeiro, formando uma espécie de “gabinete paralelo”, que influenciava diretamente as ações da pasta.

● **Religiosos**

O grupo era chefiado pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. Próximos da família Bolsonaro, os dois conquistaram acesso ao Executivo federal em 2019, antes da chegada de Ribeiro ao MEC.

Em 31 de março, já fora do governo, Ribeiro foi convocado pela PF a depor. Ele confirmou que Bolsonaro lhe pediu para receber os pastores MEC. Arilton esteve no Planalto 35 vezes desde 2019. O ex-ministro

● **Atuação**

Os dois pastores agiam como lobistas, atuando para liberar e/ou acelerar o empenho de recursos do MEC para determinados municípios. Em troca, segundo relatos de prefeitos, a dupla pedia pagamentos em dinheiro e até em barras de ouro.

● **Bíblias**

A atuação do gabinete paralelo envolvia, ainda, a compra de bíblias a serem ofertadas nas cidades que recebiam a visita de Ribeiro. Exemplares da obra com fotografias do ex-ministro e dos pastores também eram distribuídos em eventos promovidos pelo Ministério da Educação.

é o primeiro da pasta na história recente do País a ser investigado e preso por suspeita de corrupção. Ribeiro esteve 20 meses à frente do MEC.

PRÓXIMO ALVO. Batizada de

Operação Acesso Pago, a ação da PF mira agora o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão controlado pelo Centrao e que concentra a maior fonte de recursos da educação. O presidente do órgão, Marcelo Lopes da Ponte, foi indicado pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, líder do Progressistas, principal partido do grupo de apoio a Bolsonaro. Além de levar prefeitos ao MEC, os pastores também agendavam conversas no FNDE. Em nota, a direção do fundo informou que não foi alvo da apuração.

O mandado de prisão preventiva foi expedido pelo juiz Renato Borelli, da 15.ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, a pedido da PF. Além do ministro e dos pastores, também foram alvo o advogado Luciano Musse e o ex-assessor da prefeitura de Goiânia Helder Diego da Silva Bartolomeu – contra ambos foi decretada prisão domiciliar. Musse, nomeado gerente de projetos em abril do ano passado pelo próprio ministro, atuava como apoio aos religiosos. Helder Bartolomeu também era ligado aos pastores.

Ribeiro foi preso em seu apartamento em Santos. Havia determinação para que fosse transferido para Brasília. No fim do dia, a Justiça informou

que ele ficaria detido em São Paulo, de onde participará hoje de audiência de custódia por videoconferência com o juiz federal. Preso no Pará, o pastor Arilton também será ouvido a distância. Apenas o pastor Gilmar está preso na capital federal. Há determinação judicial para que os investigados não mantenham contato entre si.

INDÍCIOS. A PF informou que, com base em documentos, depoimentos e relatório de investigação preliminar da Controladoria-Geral da União (CGU), “foram identificados possíveis indícios de prática criminosa para a liberação das verbas públicas”. Em nota, a CGU afirma que abriu investigação preliminar em 23 de março, após as reportagens do **Estadão**, para “apurar a possível atuação irregular de agentes públicos e privados” no MEC. A investigação terminou em 23 de maio.

“Foi identificada a prática de atos suspeitos. Os indícios foram encaminhados à Polícia Federal e ao Ministério Público”, disse a CGU. Antes disso, o órgão afirmou ter recebido denúncia anônima do próprio Ribeiro. O caso, porém, fora arquivado e só retomado após o **Estadão** revelar o gabinete paralelo.

● COLABOROU ALEXANDRE FERNANDES, ESPECIAL PARA O 'ESTADÃO'

Bolsonaro é aconselhado a adotar retórica da 'traição'

Discurso oficial da campanha é o de que presidente não compactua com erros e deu autonomia a órgãos de controle

ESTADÃOANALISA

VERA ROSA
BRASILIA

A cúpula da campanha de Jair Bolsonaro avalia que o presidente vive uma espécie de "tempestade perfeita", na qual tudo parece conspirar contra o Palácio do Planalto. Mas a pior trovoadá, com aumento da pressão atmosférica, veio ontem, após a Polícia Federal prender o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e pastores que transformaram o MEC em uma máquina de fazer negócios. O fato, por si só, põe por terra o discurso de que não há corrupção no governo comandado por Bolsonaro, mote da ofensiva contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu principal adversário.

Três meses depois de dizer que botava "a cara no fogo" por Ribeiro, Bolsonaro age agora pa-

ra se descolar do ex-auxiliar. Trata-se de uma estratégia sob medida para não sair totalmente queimado na corrida pela reeleição. Com o escândalo batendo à porta do Planalto, o presidente foi aconselhado pelo comando da campanha a recorrer à retórica da traição.

Antes amigo de fé, irmão, camarada, o evangélico Ribeiro tem tudo para virar o traidor da história, na versão do Planalto, com o intuito de salvar o chefe. O discurso oficial será o de que Bolsonaro não compactua com erros e sempre deu autonomia a órgãos de investigação, como PF e Controladoria-Geral da União (CGU). "Ele que responda pelos atos dele", disse o presidente ontem, numa referência ao ex-ministro, dando o tom de como será a reação do governo. "Se a Polícia Federal prendeu, tem um motivo. É um sinal de que eu não interfiro na PF."

BORDÃO. Nos bastidores, um integrante do Centrão afirmou que, de agora em diante, a equipe de Bolsonaro não poderá mais recorrer ao bordão de que Lula quer "voltar à cena do crime". A expressão foi usada mais de uma vez pelo ex-governador Geraldo Alckmin, hoje vice da chapa petista, quando, em 2006, disputava a Presidência



Bolsonaro discursa durante evento ligado ao setor de comércio

Presidente muda tom sobre Ribeiro: 'Ele que responda pelos atos'

O presidente Jair Bolsonaro mudou ontem o tom do discurso em relação a Milton Ribeiro, após o ex-ministro da Educação ser preso pela Polícia Federal no âmbito da investigação sobre o "gabinete paralelo" na pasta. "Se alguém fez algo de errado, pô, vai botar a culpa em mim?", disse Bolsonaro à Rádio Itatiaia, de Minas Gerais. "Se a PF prendeu, tem um motivo. Não há interferência do governo na PF", afirmou.

Em março, quando o esquema no MEC foi revelado

pelo Estadão, Bolsonaro saiu em defesa de seu então ministro. "O Milton, coisa rara de eu falar aqui, eu boto minha cara no fogo pelo Milton", afirmou, em transmissão ao vivo. "Estão fazendo uma covardia contra ele." Quatro dias depois, a primeira-dama Michelle Bolsonaro disse que estava "orando" por Ribeiro. "Eu confio muito nele", declarou ela.

Ontem, Bolsonaro afirmou que, "se tiver algo de errado, ele (Ribeiro) vai responder" por seus atos. "Se for inocente, sem problema; se for culpado, vai pagar." E voltou a bater na tecla de que "não há casos de corrupção" em seu governo. ●

cia e Lula era seu adversário.

Coordenador da campanha da reeleição, o senador Flávio Bolsonaro (PL) discordou. Em público, disse que nos governos de Lula e Dilma Rousseff

havia um "esquema geral de corrupção". Flávio enviou ontem um vídeo para correligionários no qual destacou que Ribeiro havia inocentado o presidente em depoimento. Antes, po-

rém, o ex-ministro admitiu que dava prioridade a prefeituras com pedidos encaminhados por pastores, atendendo a uma solicitação de Bolsonaro.

IRRITAÇÃO. No Planalto, o presidente não escondeu a irritação com a nova crise. Disse que querem derrubá-lo. É aumento dos combustíveis, inflação, inquérito das fake news e, agora, a operação da Polícia Federal. Em conversas reservadas, ministros suspiraram até de "vingança" da PF por não ter recebido reajuste salarial. Nessa tempestade, o tráfico de influência no MEC, revelado pelo Estadão, tem potencial para atingir em cheio a campanha de Bolsonaro. Não é à toa que, nas redes sociais, pipocam memes exibindo seu rosto em chamas.

Sob a gestão de Ribeiro, os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos abriram portas para prefeitos aliados. Era esse gabinete paralelo que controlava a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O fundo, por sinal, também é comandado por um amigo do Centrão. Três prefeitos afirmaram que Moura cobrou propina em ouro e dinheiro vivo para agilizar a verba do FNDE. Havia também venda de Bíblias, com a fisionomia de Ribeiro estampada.

Mesmo assim, Bolsonaro resistiu muito a demitir o ministro. Planejou mesmo dar a ele uma licença e chamá-lo de volta ao MEC. Agora, ao jogar o ex-auxiliar ao mar, faz um discurso para a "bolha" bolsonarista de que não tem compromisso com malfeitos, tanto que já havia afastado Ribeiro. Tenta se livrar de um peso morto. Resta saber se esse peso não vai "resuscitar" e apontar o dedo para quem lhe deu a cadeira na Esplanada dos Ministérios. ●

'Prisão é injusta, desnecessária e desmotivada', diz defesa de Ribeiro

Advogado afirma que agarrará a erro nos autos para extrair com habeas corpus; anulação de condenação será por teleconferência

FABRICA METAL
FABRICA METAL

A defesa do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro disse ontem a ordem de prisão preventiva contra o ex-ministro "é injusta, desnecessária e desmotivada". O advogado criminalista Daniel Ribaldini afirmou que busca o "reconhecimento da cachaça ilegal ilegal", argumentando que a investigação não tem um caráter de polícia "de prevenção e não de investigação".

Ribaldini, que também atua como advogado de outros políticos da Família Compadecer, afirmou que a prisão de Ribeiro não é necessária para a investigação, que deve ser conduzida por meio de teleconferência. "Meu cliente não tem nada de ilícito a declarar", afirmou. "Meu cliente não tem nada de ilícito a declarar", afirmou. "Meu cliente não tem nada de ilícito a declarar", afirmou.



Revelação de políticos na sala da PF em Santos: Milton Ribeiro foi preso em cidade, em visita

PERFIL MILTON RIBEIRO Ex-ministro da Educação	PERFIL GILMAR DOS SANTOS Ex-ministro da Educação	PERFIL ARILTON MOURA Ex-ministro da Educação
Envolvimento Ribeiro foi acusado de ter recebido propina de pastores para agilizar a liberação de recursos do FNDE. Também foi acusado de ter recebido propina de pastores para agilizar a liberação de recursos do FNDE.	Envolvimento Santos foi acusado de ter recebido propina de pastores para agilizar a liberação de recursos do FNDE. Também foi acusado de ter recebido propina de pastores para agilizar a liberação de recursos do FNDE.	Envolvimento Moura foi acusado de ter recebido propina de pastores para agilizar a liberação de recursos do FNDE. Também foi acusado de ter recebido propina de pastores para agilizar a liberação de recursos do FNDE.

podia, provavelmente, alocar o dinheiro em um fundo de reserva.

Em 2019, Ribeiro disse que agarrará a erro nos autos para extrair com habeas corpus; anulação de condenação será por teleconferência.

Ribeiro afirmou que a prisão de Ribeiro não é necessária para a investigação, que deve ser conduzida por meio de teleconferência.

Ribeiro afirmou que a prisão de Ribeiro não é necessária para a investigação, que deve ser conduzida por meio de teleconferência.

Educação pública é assaltada por quadrilhas de corruptos

AMÉZIO

BRASÍLIA

A educação pública no Brasil vive o pior momento econômico em sua história. O setor é assaltado por quadrilhas de corruptos que desviam recursos para si mesmos. O setor é assaltado por quadrilhas de corruptos que desviam recursos para si mesmos.

Os recursos são desviados para si mesmos. O setor é assaltado por quadrilhas de corruptos que desviam recursos para si mesmos.

O Brasil já tem um setor de educação pública que é assaltado por quadrilhas de corruptos que desviam recursos para si mesmos.

Governo age para tentar barrar abertura de CPI do MEC no Senado

Articulação é liderada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira; requerimento já tem 26 das 27 assinaturas necessárias

DANIEL WETERMAN
BRASILIA

O governo do presidente Jair Bolsonaro pôs aliados em campo para tentar barrar no Senado a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Ministério da Educação, após a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro. A estratégia tem o objetivo de blindar o governo da investigação em pleno período eleitoral.

A Polícia Federal prendeu o ex-ministro na manhã de ontem no âmbito da investigação sobre o "gabinete paralelo" instalado na pasta, com favorecimento de pastores na distribuição de verbas, caso revelado pelo **Estadão**. Os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos, que estão no centro das suspeitas, também foram presos. O caso reacendeu a pressão para a instalação de uma CPI.

Articuladores do Planalto, liderados pelo ministro da Casa

Evangélicos citam desgaste, mas mantêm apoio a Bolsonaro

A bancada evangélica quer isolar politicamente a prisão do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, da Igreja Presbiteriana, e dos pastores Arilton Moura e Gilmar dos Santos, da Assembleia de Deus Cristo Para Todos. Aliada do presidente Jair Bolsonaro, a Frente Parlamentar Evangélica admite o desgaste para a campanha à reeleição, mas seus integrantes pretendem ajudar na reação entre os fiéis. Bolsonaro manteve a programação de participar, no sábado, da Marcha Para Jesus, em Balneário Camboriú (SC).

O deputado Marco Felicia-

sa Civil, Ciro Nogueira, agem para que não sejam alcançadas as 27 assinaturas necessárias para a apresentação do pedido. Até a conclusão desta edição, a oposição havia conseguido 26 apoios, apenas um a menos que o mínimo exigido.

Governistas encaixaram outros pedidos de CPI na Mesa

do (PL-SP) foi um dos primeiros a reconhecer que o episódio causa "profundo constrangimento" na comunidade protestante, em especial nas Assembleias de Deus, ramo do qual ele faz parte. "É um dia muito triste para a igreja evangélica de vertente pentecostal."

O presidente da frente, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), membro da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, disse que "temos de ter maturidade para separar o joio do trigo". Segundo ele, "cada um responde pelos seus atos". O pastor Silas Malafaia, líder da mesma igreja, cobrou mais detalhes da investigação. "Se estão presos por suspeita de corrupção, cadê os prefeitos? Corromperam quem?". ● FELIPE FRAZÃO

do Senado para tentar pôr a investigação do MEC no fim da fila. Além disso, aliados têm argumentado a senadores que, se a Polícia Federal já está investigando o caso e houve prisão, não haveria motivos para a apuração parlamentar.

O governo ameaça até mesmo entrar na Justiça se o presi-

dente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), autorizar a instalação da CPI do MEC e não colocar outras em funcionamento. Os pedidos de CPI da ala governista incluem a investigação de obras inacabadas deixadas pelos governos do PT, da atuação de organizações não governamentais na Amazônia e do narcotráfico em fronteiras, todas elas com pedidos já apresentados.

ARTICULAÇÕES. Após a prisão de Ribeiro, a CPI do MEC foi tema de intensas articulações nos bastidores do Senado. Na tarde de ontem, enquanto o líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), andava pelo plenário carregando uma pasta e um papel pedindo assinaturas para o requerimento que apresentou, o líder do governo, Carlos Portinho (PL-RJ), defendia a abertura de outras investigações que estão sobre a mesa de Pacheco.

"Se quiser abrir todas, eu tô dentro", disse o líder do governo, insistindo no respeito à ordem cronológica dos requerimentos. O pedido da oposição para a CPI começou a circular em março, após o **Estadão** revelar o caso. Randolfe atraiu três assinaturas: as dos senadores Eduardo Braga (MDB-AM), Soraya Thronicke (União-MS) e Rafael Tenório (MDB-AL), suplente de Renan Calheiros (MDB-AL). Tenório não havia se juntado à pressão para a abertura da investigação, mas aderiu após ser intimado por Renan.

A estratégia da oposição é completar a lista com os senadores Izalci Lucas (PSDB-DF)

e Marcelo Castro (MDB-PI), que manifestaram informalmente apoio à CPI, mas resistem ao funcionamento de uma comissão no meio da eleição.

Além das 27 assinaturas necessárias, o líder da oposição quer reunir um número maior de apoios para dar uma margem de segurança ao pedido. "O governo nunca quer CPI,

"A prisão de um ex-ministro é algo grave, precisa ser exaurida a investigação e aqueles que sejam culpados sejam efetivamente responsabilizados."

Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente do Senado

"O governo nunca quer CPI, eu acho inusitado este querer."

Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
Senador

eu acho inusitado este querer. O governo vai tentar impedir", disse Randolfe, que está na coordenação da pré-campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O presidente do Senado classificou como "grave" a prisão de Ribeiro, mas evitou se posicionar sobre o pedido e disse que o período eleitoral prejudica o funcionamento de investigação no Congresso. "A prisão de um ex-ministro é algo grave, precisa ser exaurida a investigação e aqueles que sejam culpados sejam responsabilizados", afirmou Pacheco, em entrevista ao **Senado**. ●

A corrupção como marca do Ministério da Educação

ANÁLISE

RENATA CAFARDO

Terminou na prisão a história de um ministério da Educação que operou no modo inacreditável por três anos e meio. O primeiro que assumiu a cadeira mandou carta às escolas para obrigar crianças a cantar o Hino Nacional e dizer o slogan da campanha de Jair Bolsonaro. O segundo xingou acadêmicos, estudantes e o Supremo Tribunal Federal (STF) e teve de fugir para fora do Brasil. O terceiro, pastor Milton Ribeiro, também teve sua cota de absurdos, como distribuir bíblias em eventos de educação e ignorar ajuda às escolas na pandemia de covid-19. Mas foi pego, mesmo, naquilo que o governo que tanto defendia mais dizia

combater: a corrupção.

Ribeiro, que já teve altos cargos na Universidade Mackenzie, chegou ao ministério em 2020 depois de mais uma disputa entre militares e evangélicos, que marca a pasta desde janeiro de 2019. No início, tentou construir um perfil discreto para contrastar com seu antecessor, Abraham Weintraub. Sem aparecer na imprensa com declarações bombásticas, passou a dar total acesso a pastores, como revelou o **Estadão**, para controlar sua agenda e distribuir recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos aliados do governo.

As denúncias mostram superfaturamento de ônibus escolares, milhares destinados a obras ou a programas de robótica em escolas de municípios que entravam no esquema. Prefeitos revelaram pedidos de barra de ouro em troca

de ajuda dentro do Ministério da Educação para liberação de verbas. O velho e conhecido "toma-lá, dá-cá" com dinheiro da educação, em plena pandemia, quando 40 milhões de estudantes penavam para tentar aprender em um precário ensino remoto.

Sem reforma política educacional não vai reformar a si próprio pelo bem da transparência

BALCÃO. Há décadas, o FNDE é balcão de negócios no ministério, disputado por políticos, que não gostaram de ver pastores de olho no que era deles. Uma solução seria o fundo passar a liberar verbas que sejam só repasses automáticos, como ocorre com a merenda, por exemplo. Novas regras teriam de prever

sempre critérios técnicos, como tamanho da população e vulnerabilidade.

Mas isso tudo exige uma reforma que o presidente Jair Bolsonaro não está disposto a bancar. Um MEC que nunca fez nem sequer política educacional não vai pensar em reformar a si próprio pelo bem da transparência.

Enquanto isso, o Brasil vive sua maior crise educacional, em um retrocesso de aprendizagem nunca visto e com consequências imprevisíveis para o futuro do País. Não era tão difícil tentar – pelo menos – mudar esse destino. No País e no exterior, há inúmeros exemplos de experiências que ajudam a melhorar a qualidade do ensino, que fazem as crianças aprenderem, de fato, quando estão na escola. O dinheiro precisaria ser destinado a formar e a avaliar professores, para alfabetização, para escolas em

tempo integral.

TRINCHEIRA IDEOLÓGICA. Agora se sabe que o plano para o Ministério da Educação não era apenas o da trincheira ideológica, mas também de alimentar o grupo que alimenta a trincheira. E nada acaba com a prisão do ex-ministro. Quem assumiu o ministério foi o então secretário executivo de Ribeiro, Victor Godoy, que também recebia os mesmos lobistas com frequência.

E, ainda, não dá para esquecer que, em áudio revelado pela *Folha de S. Paulo*, Ribeiro dizia ser Bolsonaro quem pedia a ele que se encontrasse com os pastores. ●

REPÓRTER ESPECIAL DO 'ESTADÃO' E FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO (JEDUCA)



NA WEB
Colunistas do 'Estadão' e o caso Ribeiro e o discurso eleitoral de Bolsonaro
www.estadão.com.br

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 10 a 13